

Pf

Um semestre quente

106 ABO 1995

JOSE SARNEY

Vamos ter um segundo semestre de muitas decisões. Não é que seja mais difícil, mas é mais complexo.

É fácil dizer que a União, e não a Petrobras, é que é a detentora do monopólio do petróleo. Uma coisa é igual a outra. Difícil é definir o que a Petrobras vai fazer e como a União vai utilizar a abertura de áreas não ocupadas pela Petrobras.

É fácil retirar da Constituição o conceito de empresa nacional. Difícil é retirar os subsídios e benefícios que protegem empresas ineficientes e oligopólios que, à custa do nacionalismo, violam o mercado e exploram o bolso do povo.

Por isso, chegou a hora de o Governo definir a sua lealdade ao que se chama neoliberalismo. Tomo logo minha vacina, para dizer que jamais estarei de acordo com a abertura selvagem, depredadora da economia nacional, destruidora de nossa indústria, desmoronadora do Estado, que a meu ver tem que ser forte, qualitativamente, isto é, capaz de prestar serviços e harmonizar conflitos so-

ciais, e não o Estado empresário, ocupando áreas da iniciativa privada e acumulando prejuízos que são pagos pela população.

Não me inscrevo entre os que têm como ídolo Murray Rothbard, que preconizava que todo o Estado tinha que ser privatizado. Como exemplo, afirmava: "Sim. Sociedades privadas proprietárias das ruas cobrariam o acesso a elas e teriam interesse em mantê-las em bom estado. Se todas as vias públicas das grandes cidades fossem privatizadas, a segurança seria garantida mais eficazmente!" (A exclamação é minha.)

"A solução liberal", escrita pelo meu amigo e grande escritor francês Guy Sorman, o primeiro ativista dessa causa, explica bem como ela resuscitou. O velho Hayek afirmava: "Quando nasci, o liberalismo era velho; estou velho e o liberalismo é novo." A meu ver, ele começa a envelhecer de novo. A onda neoliberal, como tudo no mundo, nasce do sucesso. A História não se escreve com derrotas. Basicamente, foi o sucesso de Reagan e de Margaret Thatcher que avalizaram a onda liberal. É verdade que o keynesianismo fazia água, isto é, a salvação nas crises,

pela intervenção no mercado. Mas, hoje, o panorama do mundo mudou. Desapareceu a confrontação socialismo versus capitalismo. Os estados, embora interdependentes, cada vez mais buscam mecanismos para não serem tragados pela globalização.

É difícil ficar em posição sensata, encontrar o equilíbrio das coisas. No Brasil, estamos assim. De um lado, os remanescentes de um tempo em que os dogmatismos ideológicos eram a chave de tudo. O libertário eram a revolução e a revolta, e tudo se resumia na luta de classes. Na outra ponta os privatizadores de ruas, de tudo, dando à privatização característica de visão doutrinária e não de um processo prático. Temos exemplos clássicos a esse respeito.

Na Inglaterra ninguém privatizou empresas que tinham função estratégica ou eram agência de desenvolvimento da sociedade, mesmo com a capa de empresa.

O Japão não precisou desse processo para tornar-se a potência econômica que é, nem os Estados Unidos abandonaram os seus interesses nacionais.

Há um jogo muito violento, de grandes pressões, internacionais e

nacionais, dentro desse processo. Por outro lado, é difícil combater a tendência à corrupção que acompanha a pressão e o dogmatismo privatista. Tomemos o exemplo do que aconteceu na Argentina e no México, isto sem falar no malogro que acompanhou algumas dessas privatizações à **outrance**, sem uma prévia e definida política industrial. Privatização sim, selvageria nunca.

Por outro lado, eu acho válidas e verdadeiras algumas das afirmativas de Milton Friedman. A primeira delas, muito importante no momento atual em que se discute a reforma tributária: "Não há prosperidade sem diminuição de impostos." O grande sucesso do reaganismo foi justamente adotar essa verdade e, quando saiu para essa solução revolucionária, o progresso firme, continuado, que acompanhou suas medidas, superou de muito as perdas da diminuição dos tributos. Arthur Laffer, citado também por Sorman, dizia que "o salto à frente da riqueza nacional compensou e ultrapassou os favores fiscais concedidos aos empresários".

É errado o enfoque com que se discute a reforma tributária. Tudo

que se diz é que ela combaterá o déficit público, quando na verdade ela provocará um surto de recursos, desde que seja feita na direção certa, capaz de fazer desaparecer o problema do déficit como o deus sagrado, alvo de todas as nossas ações. Ninguém fique surpreso com a afirmação de que o "déficit americano é um falso problema". Ela é de Friedman.

O que a nossa reforma fiscal tem de fazer é diminuir o número de tributos. Baixar os impostos e cobrar de todos, evitando a sonegação e os privilégios. Simplificar. Modernizar o sistema de arrecadação. Em vez de usar a polícia, usar um sistema de informações cruzadas que barre todas as portas da evasão fiscal. Desregulamentar, acabar com a burocracia que emperra toda a atividade econômica. Essa a grande reforma tributária. E nesse caminho que devemos caminhar. Mas por onde estamos nos perdendo? Discute-se a divisão do que aí está. Quem deve dar a quem. O estado deve dar à União e os municípios não podem continuar com as mesmas participações? E daí vai-se mais adiante. Federalizar o ICMS, isto é, acabar com a Federa-

ção, esta instituição tão desprezada e não pensada no país. Brigam os governadores, puxa a orelha deles o presidente, os deputados e senadores são levados a entrar na dança e o essencial passa ao largo, como uma oportunidade perdida de fazer-se obra verdadeiramente modernizada.

O enfoque que devemos dar à reforma tributária é o de Friedman, um autor maldito para as esquerdas. Assim, temos a oportunidade histórica, no Brasil, de não embarcar de corpo e alma em qualquer canoa e usar, na experiência dos outros, o que deu certo e recusar o que deu errado.

Por isso, ponho minhas restrições às privatizações selvagens e sem sentido (como a Vale do Rio Doce, agência de desenvolvimento) e dou as mãos aos papas da economia de mercado.

Isto é ser livre, poder pensar e opinar, sem medo das patrulhas da direita e da esquerda. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Mas o semestre está mostrando um aumento de temperatura.

José Sarney é presidente do Senado Federal.